



**COMISSÃO MISTA DE ACOMPANHAMENTO DAS MEDIDAS  
RELACIONADAS AO CORONAVÍRUS (COVID-19)**

**REQUERIMENTO N.º**                   , **de 2020**  
(Do Sr. Reginaldo Lopes)

Requer a realização de audiência pública com a Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Sra. Susana Cordeiro Guerra para debater as ações deste órgão relativas a pandemia do Covid-19 e sobre as informações relativas aos dados do mercado de trabalho brasileiro.

Senhor Presidente;

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 58, § 2º da Constituição Federal, do art. 151 do Regimento Comum do Congresso Nacional e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, do artigo 24, VII, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, seja convidado para participar de Audiência Pública desta Comissão a Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Sra. Susana Cordeiro Guerra para debater as ações deste órgão relativas a pandemia do Covid-19 e sobre as informações relativas aos dados do mercado de trabalho brasileiro, o que irá contribuir para o debate e os trabalhos desta comissão.

**JUSTIFICACÃO**

Atualmente estamos vivenciando um dos maiores desafios humanitários e econômicos desta geração, a crise da COVID-19 atingirá países em desenvolvimento de forma desproporcional, não apenas como uma crise de saúde que inviabiliza o sistema hospitalar no curto prazo, mas também como devastadora crise social e econômica ao longo dos próximos meses e anos.





CÂMARA DOS DEPUTADOS  
Gabinete do Deputado Federal REGINALDO LOPES/PT/MG

A expectativa de perda de renda ultrapassa os 220 bilhões de dólares nos países em desenvolvimento. Com cerca de 55% de toda a população mundial sem mecanismos de proteção social, essas perdas deverão impactar na sociedade, nas áreas de educação, direitos humanos e, nos casos mais graves, segurança alimentar básica e nutrição.

Países e Estados com recursos limitados e sistemas de saúde frágeis deverão ficar sobrecarregados. Isso se agravará com o pico no número de casos, uma vez que até 75% da população nos países menos desenvolvidos não têm acesso a água e sabão, a exemplo de várias comunidades e territórios mais pobres no Brasil.

A realidade destes territórios muitas vezes são agravadas por outras condições sociais, como planejamento urbano precário, superpopulação, serviços deficientes de gestão de resíduos, transporte público ineficiente e com baixa oferta, e até acesso reduzido a postos de saúde, o que contribuirá para a elevação do número de casos de COVID-19.

“Essa pandemia é uma crise de saúde. Mas não apenas uma crise de saúde. Para enormes extensões do globo, a pandemia deixará cicatrizes profundas”, declarou Achim Steiner, administrador do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

“Sem o apoio da comunidade internacional, corremos o risco de um retrocesso massivo nos avanços obtidos nas duas últimas décadas, e de uma geração inteira perdida, se não em termos de vidas, em termos de direitos, oportunidades e dignidade”.

O Brasil é um dos países com menos testagens, e equipamentos para profissionais de saúde, o ministério da saúde tem se demonstrado pouco resolutivo em relação a estes itens e tem conduzido as políticas estratégicas de saúde do país no escuro. Não menos importante o Ministério da Cidadania demora a implementar os auxílios aprovados pelo congresso destinados as populações mais vulneráveis, gerando uma real dificuldade para a prevenção destas populações em relação ao Covid-19.

O Brasil segue sendo também uns dos poucos países em que o Presidente da República insiste em negar a ciência, indo contra as diretrizes do próprio Ministério da Saúde, incentivando a população a descumprir medidas de isolamento recomendadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS), tais como ter cumprimentado cidadãos na Praça dos Três Poderes em 15 de março deste ano e utilizado os termos “histeria”, “uma simples gripezinha” e “resfriadinho” para referir-se à pandemia.

Os atos do presidente, contrariam a Portaria 359 do Ministério da Saúde e a Lei 13.979/2020, sancionada pelo próprio presidente da República para combater o coronavírus, e devem ser investigados como qualquer outro ato cometido pelo cidadão comum, que se enquadre como delito formal e de perigo abstrato, sendo desnecessário para sua configuração a efetiva comprovação introdução ou propagação de doença contagiosa, bastando, portanto, a assunção do risco e o efetivo descumprimento da medida sanitária preventiva.

Como resposta imediata, o Brasil precisa reforçar o sistema de obter suprimentos médicos, impulsionar tecnologias digitais e garantir políticas públicas de amparo aos trabalhadores, informais, populações vulneráveis, apoiar as micro e pequenas empresas e apurar os crimes previsto no artigo 268 do Código Penal — infringir determinação do poder público, destinada a impedir introdução ou propagação de doença contagiosa.



CD/20625.64569-00



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
Gabinete do Deputado Federal REGINALDO LOPES/PT/MG

Ao mesmo tempo, precisamos trabalhar na contenção da disseminação do vírus e na promoção de ações de proteção social e esclarecimento sobre o COVID-19, suas consequências e formas de prevenção.

Neste contexto precisamos ouvir a Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Sra. Susana Cordeiro Guerra para debater as ações deste órgão relativas a pandemia do Covid-19 e sobre as informações relativas aos dados do mercado de trabalho brasileiro e auxiliar na tomada de medidas urgentes de recuperação para minimizar impacto de longo prazo, particularmente a grupos vulneráveis e marginalizados, além de apoiar a recuperação mais rápida da sociedade Brasileira.

Sala das comissões, em      de abril de 2020

DEP. FEDERAL REGINALDO LOPES

PT-MG



CD/20625.64569-00